



PROVA



Concurso Público Nacional Unificado
PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA
BLOCO 1 - MANHÃ



Concurso Público Nacional Unificado do Governo Federal EDITAL Nº 01/2024 de 10 de janeiro de 2024.

INFRAESTRUTURA, EXATAS E ENGENHARIA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - ATENÇÃO: o candidato deve escrever seu nome, pondo uma letra em cada quadrícula, no espaço abaixo (não abreviar o primeiro e o último nomes).

Empty grid for writing name

- 02 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
a) este Caderno de Questões, com o enunciado das 20 questões objetivas de Conhecimentos Gerais, em ordem, sem repetição ou falha; e o enunciado da questão dissertativa.
b) Cartão-Resposta/Página de Dissertativa destinado às respostas das questões objetivas e da questão dissertativa.
03 - O candidato deve verificar se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no Cartão-Resposta/Página de Dissertativa. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser IMEDIATAMENTE notificado ao fiscal.
04 - Após a conferência, o candidato deverá:
a) assinar no espaço próprio do Cartão-Resposta/Página de Dissertativa, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
b) transcrever, no espaço apropriado do seu Cartão-Resposta, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Cinco minutos.

c) preencher, no espaço apropriado do seu Cartão-Resposta, o campo de marcação referente ao seguinte gabarito:

Gabarito 1

- 05 - O candidato deve ter muito cuidado com o Cartão-Resposta/Página de Dissertativa, para não o dobrar, amassar ou manchar. O Cartão-Resposta/Página de Dissertativa SOMENTE poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
06 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este Caderno de Questões está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser IMEDIATAMENTE notificado ao fiscal.
07 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar UMA letra no Cartão-Resposta/Página de Dissertativa, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente, de forma contínua e densa. A leitura óptica do Cartão-Resposta/Página de Dissertativa é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
Exemplo: (A) (B) (C) (D) (E)
08 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
09 - Será eliminado deste Concurso Público o candidato que
a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como: agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, pen drive, mp3 player e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;
c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e(ou) o Cartão-Resposta/Página de Dissertativa;
d) se recusar a entregar o Caderno de Questões e(ou) o Cartão-Resposta/Página de Dissertativa, quando terminar o tempo estabelecido;
e) não assinar a lista de presença e(ou) o Cartão-Resposta/Página de Dissertativa;
f) deixar de transcrever corretamente, nos espaços próprios do Cartão-Resposta/Página de Dissertativa, o número do gabarito e a frase constantes na capa de seu Caderno de Questões.

Obs. O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após duas horas contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato NÃO poderá levar o Caderno de Questões, a qualquer momento.

- 10 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu Cartão-Resposta/Página de Dissertativa. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões NÃO serão levados em conta.
11 - O tempo disponível para estas Provas objetiva e discursiva é de 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos, já incluído o tempo para marcação do Cartão-Resposta/Página de Dissertativa, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o Cartão-Resposta/Página de Dissertativa, o Caderno de Questões e assinar a Lista de Presença.
12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página do Concurso Público Nacional Unificado (https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional).

RASCUNHO

CONHECIMENTOS GERAIS

1

A Constituição é lei e deve ser cumprida. O cidadão tem a responsabilidade de participar. Cada um faz a diferença. A democracia se constrói, se aprende e se reaprende. O Brasil está fadado a ser uma nação justa, livre e igualitária. Nesse sentido, à luz da Constituição Federal de 1988 e em respeito ao Estado Democrático de Direito, assegura-se que o(a)

- (A) trabalho do preso deve ser remunerado, observando-se o mesmo patamar mínimo instituído por lei para o salário mínimo, já que seu objetivo é garantir proteção aos trabalhadores que se encontram na base da pirâmide salarial.
- (B) Poder Judiciário, à vista do princípio da isonomia, uma vez acionado, poderá aumentar os vencimentos de servidores públicos, considerando o desempenho em funções e cargos correlatos.
- (C) partido político, em virtude do princípio da igualdade, pode criar distinções na distribuição dos recursos públicos destinados à campanha eleitoral exclusivamente baseadas no gênero.
- (D) extensão, às uniões homoafetivas, do mesmo regime jurídico aplicável à união estável entre pessoas de gênero distinto não se justifica, visto que isonomia é tratar da mesma forma apenas os que são iguais e de forma distinta os que são diferentes.
- (E) segregação de presos provisórios com apoio no grau de instrução acadêmica é inadmissível, pois trata-se de mera qualificação de ordem estritamente pessoal.

2

A teoria da separação dos Poderes da República tem desempenhado um papel primordial na conformação do chamado Estado Constitucional.

Dessa forma, reconhece-se que

- (A) a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.
- (B) a ingerência do Poder Judiciário é inadmissível na imposição de sanções pelo Poder Executivo, no que diz respeito ao incumprimento da obrigação de pagar tributos, em respeito ao princípio da separação dos poderes.
- (C) o Poder Judiciário não pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, pois essa determinação configura violação do princípio da separação dos poderes.
- (D) o Poder Judiciário pode exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas regimentais das Casas Legislativas.
- (E) as comissões estaduais de inquérito (CPIs), em homenagem ao princípio da separação de poderes, não podem requerer quebra de sigilo de dados bancários.

3

No Brasil, o presidencialismo foi instituído a partir da Proclamação da República, em 1889, e desde então vem sendo o sistema de governo adotado ao longo de toda a evolução histórica republicana, previsto em todas as Constituições brasileiras desse período.

O presidencialismo brasileiro se configura como forma de governo

- (A) popular
- (B) unificador
- (C) ideológico
- (D) de garantias
- (E) de coalizão

4

Considere o texto a seguir, que foi publicado na Agência Câmara de Notícias (adaptado).

Entre as prioridades para o Orçamento de 2023, o projeto de lei destaca a agenda da primeira infância, que inclui construção de creches; ações voltadas à segurança hídrica; incentivo ao uso de energias renováveis; programas voltados para geração de emprego e renda; e investimentos plurianuais em andamento.

O trecho acima faz referência a um instrumento de planejamento da Administração Pública que, além dos itens citados no texto, deve legalmente dispor também sobre

- (A) limites para suplementações orçamentárias no exercício
- (B) diretrizes para criação de programas de duração continuada
- (C) critérios e programas para redução das desigualdades regionais
- (D) parâmetros específicos para execução do orçamento de áreas funcionais
- (E) normas para avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento

5

Dados apresentados pelo Tesouro Nacional revelam que “a despesa de pessoal do Poder Executivo Federal atingiu 18,9% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2022, uma redução de 2,9 pontos percentuais em relação a 2021, quando foi de 21,8% da RCL”.

Esse resultado foi apurado após o encerramento do exercício de 2022 e sua análise indica que a(o)

- (A) base de apuração do limite registrou um aumento significativo no período.
- (B) exclusão de despesas com pessoal terceirizado explica a redução do percentual.
- (C) margem em relação ao limite máximo representou maior folga fiscal em 2022.
- (D) valor apurado voltou, com a redução, a ficar abaixo do limite prudencial.
- (E) governo só pode aumentar seu gasto com pessoal se reduzir os percentuais apurados.

6

No contexto da redemocratização política do Brasil, em especial em função da promulgação da Constituição Federal de 1988 e graças à mobilização da sociedade civil e de lideranças indígenas, observou-se a ampliação do direito à proteção e ao usufruto das terras dos povos originários. No entanto,

É muito comum nos depararmos com afirmações de que, no Brasil, “há muita terra para pouco índio”, geralmente acompanhadas de assertivas segundo as quais as populações indígenas e tradicionais são um “entrave ao desenvolvimento”. A primeira questão a se colocar quanto a isso seria justamente a respeito da definição do modelo de desenvolvimento. Essas são certamente duas imagens cristalizadas cuja origem remonta às décadas de 1950-1970, quando vigorava um conceito de desenvolvimento associado ao nacional-desenvolvimentismo, e que têm voltado com muita força no atual contexto brasileiro, em meio a violentas disputas pelos territórios indígenas. [...] Por outro lado, a extensão das terras brasileiras que são propriedade particular de grandes produtores rurais abrange cerca de 20% do território nacional, repartidas em pouco mais de cem mil propriedades. [...] A renda do setor, que cresceu 13% em 2017, é a que, por anos, vem carregando o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, correspondeu nos últimos 15 anos, em média, a 23% do PIB nacional (CEPEA, s.d). Em função desse modelo de desenvolvimento, voltado para a exportação de produtos primários, os povos indígenas continuam sendo considerados um “empecilho” ao desenvolvimento, mas um desenvolvimento praticado de forma predatória, ao bem dos interesses particulares de poucos, e não do interesse comum.

LOUREIRO, C. D. Direitos dos povos indígenas e desenvolvimento na Amazônia. *Revista de Estudos Brasileños*. Universidad de Salamanca, v. 6, n. 11, p. 56-57, 2019. Adaptado.

Levando em conta o texto acima, a noção de que “há muita terra para pouco índio”

- (A) justifica-se pela condescendência da legislação indigenista, própria da Constituição Federal de 1988, a qual, complacente com a ociosidade que marca as culturas indígenas no país, privilegia os povos originários, promovendo, assim, a concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos indivíduos.
- (B) legitima-se pelo avanço do agronegócio no Brasil, uma vez que concorre para a ampliação das fronteiras agrícolas, na mesma medida em que contribui para a proteção do direito à terra e para a manutenção dos modos de vida dos povos originários.
- (C) relaciona-se com uma certa concepção de desenvolvimento, associada a um tipo de exploração predatória da terra, da qual decorre desafortunadamente que o reconhecimento da propriedade indígena representaria um suposto entrave à economia sustentável do país.
- (D) sustenta-se numa premissa nacional-desenvolvimentista, que encontrou sua máxima expressão no período chamado de “milagre econômico”, cuja atualização em nossos dias tem como principal objetivo a produção de riqueza e sua distribuição mais equânime, justa e igualitária.
- (E) fundamenta-se no reconhecimento da natureza conservacionista dos povos originários, que, por causa dessa característica, representam um obstáculo ao desenvolvimento sustentável do país.

7

Considere os textos sobre política pública.

Texto I

Políticas públicas repercutem na economia e na sociedade, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. [...] Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o “governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G. *et al.* (org.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. p. 69. Adaptado.

Texto II

Nos ciclos de uma política pública, identifica-se o processo de criação de opções sobre o que fazer a respeito de um problema público. Nesse estágio do processo político-administrativo, faz-se a identificação, o refinamento e a formalização de opções políticas que poderão ajudar a resolver as questões e os problemas reconhecidos como relevantes. Também se considera a viabilidade dessas opções políticas.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. *Política Pública*: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 123. Adaptado.

A partir da análise comparada dos Textos I e II, conclui-se que

- (A) o Texto I introduz o Texto II, indicando as diretrizes do estágio denominado implementação de políticas.
- (B) o Texto I generaliza o Texto II, definindo o ciclo político denominado montagem da agenda.
- (C) o Texto II especifica o Texto I, descrevendo o estágio denominado formulação de políticas.
- (D) o Texto II contradiz o Texto I, minimizando a relevância da ação governamental na tomada de decisão política.
- (E) o Texto II complementa o Texto I, especificando o estágio denominado avaliação de políticas.

8

Considere o texto sobre a matriz energética brasileira.

Em 2021, representantes do Governo Federal participaram da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), em Glasgow, na Escócia. [...] Segundo o Ministério de Minas e Energia, o Brasil é exemplo mundial em transição energética, com mais de 85% da matriz elétrica oriunda de fontes limpas e renováveis e 48% de renovabilidade em sua matriz energética total. Nessa direção, o Brasil registrou, até fevereiro de 2023, 890 parques eólicos instalados em 12 estados brasileiros. Eles somam 25,04 gigawatts de capacidade instalada em operação comercial, que beneficiam 108,7 milhões de habitantes.

Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/novembro/o-brasil-e-exemplo-mundial-em-transicao-energetica> e <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-04/capacidade-de-geracao-de-energia-eolica-deve-bater-recorde-neste-ano>. Acesso em: 26 fev. 2024. Adaptado.

No Brasil, do total de parques eólicos instalados, a maioria se encontra na Região

- (A) Norte, considerando as exigências dos Estudos de Impacto Ambiental.
- (B) Sul, fortalecendo o Índice de Desenvolvimento Econômico das cidades.
- (C) Sudeste, aumentando o Produto Interno Bruto das cidades com parques.
- (D) Centro-Oeste, estabilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
- (E) Nordeste, elevando o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios.

9

Considere o texto sobre discriminação social no Brasil.

Os idosos correspondem a quase 15% da população brasileira. Apesar das estatísticas de aumento da longevidade nos últimos tempos, eles ainda sofrem preconceito. Em meio às limitações no mercado de trabalho e estereótipos que ditam os locais, roupas e estilo de vida que devem ser adotados, essa parcela da população tem se mostrado cada vez mais ativa, revelando como a longevidade pode ser positiva. O tema ganhou repercussão no Brasil no início de 2023 após a divulgação de um vídeo em que estudantes de uma universidade particular debocham de uma colega de 40 anos. No vídeo, uma das estudantes ironiza: “Gente, quiz do dia: como ‘desmatricula’ um colega de sala?”. Logo na sequência, outra jovem responde: “Mano, ela tem 40 anos já. Era para estar aposentada”. “Realmente”, concorda a terceira fazendo uma cara de deboche.

Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/saude/\[...\]](https://www.cnnbrasil.com.br/saude/[...]). Acesso em: 26 fev. 2024.

O tipo de discriminação social mencionado e a sua qualificação legal correspondem especificamente ao

- (A) idadismo, previsto como delito na Constituição Federal.
- (B) etarismo, considerado como crime no Estatuto da Pessoa Idosa.
- (C) ageísmo, tratado como direito pela Constituição Federal.
- (D) racismo, concebido como contravenção no Código Penal.
- (E) capacitismo, considerado como delito no Estatuto da Pessoa Idosa.

10

Considere os artigos do Decreto Lei nº 200/1967 sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Federal.

Art. 1º. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado. Art. 2º. O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Federal. Art. 3º. Respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição e observadas as disposições legais, o Poder Executivo regulará a estruturação e o funcionamento dos órgãos da Administração Federal. [...] Art. 6º. As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: planejamento; coordenação; descentralização; delegação de competência; controle.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2024.

Nas atividades da Administração Federal, a elaboração e a atualização de instrumentos, tais como o plano geral de governo, os programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual, o orçamento-programa anual e a programação financeira de desembolso, obedecem diretamente ao seguinte princípio fundamental:

- (A) controle
- (B) planejamento
- (C) coordenação
- (D) descentralização
- (E) delegação de competência

11

Considere o texto sobre a descentralização do Sistema Único de Saúde no Brasil.

Estabelecida a partir da Constituição Federal de 1988 [...], a descentralização da gestão e das políticas da saúde no país – feita de forma integrada entre a União, estados e municípios – é um dos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com este princípio, o poder e a responsabilidade sobre o setor são distribuídos entre os três níveis de governo, objetivando uma prestação de serviços com mais eficiência e qualidade e também a fiscalização e o controle por parte da sociedade.

DESCENTRALIZAÇÃO. **PenseSUS - A reflexão fortalece essa conquista.** Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/descentralizacao>. Acesso em: 10 fev. 2024. Adaptado.

Com base nesse princípio organizativo, estabelece-se que cada

- (A) município do país tem a sua autoridade sanitária indicada pela União, considerando as especificidades locais para essa designação.
- (B) município define uma macrorregião de saúde, respeitando a complexidade da provisão de serviços dentro de seu território.
- (C) município define as áreas em que as secretarias estaduais investem recursos, considerando as demandas locais.
- (D) estado é responsável pela definição da autoridade sanitária dos municípios, discriminando as regiões de saúde.
- (E) esfera de governo é autônoma em suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade.

12

Considere o texto sobre o poder legislativo no Brasil.

O Poder Legislativo, segundo o art. 44 da Constituição Federal de 1988, é exercido pelo Congresso Nacional. [...] Quanto às competências do Congresso Nacional, podemos reuni-las em três conjuntos: 1º) o das atribuições relacionadas às funções do Poder Legislativo federal; 2º) o das atribuições das Casas do Congresso, quando atuam separadamente; e 3º) o das atribuições relacionadas ao funcionamento de comissões mistas e de sessões conjuntas, nas quais atuam juntos os parlamentares, embora votem separadamente. Uma das Casas do Congresso é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada estado, em cada território e no Distrito Federal. [...] Nela, o número de parlamentares é proporcional à população do estado ou do Distrito Federal, com o limite mínimo de oito e máximo de setenta representantes para cada um deles.

BRASIL. Congresso Nacional. **Atribuições.** Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/institucional/atribuicoes>. Acesso em: 10 fev. 2024. Adaptado.

A Casa do Congresso especificamente descrita acima é o(a)

- (A) Senado Federal
- (B) Ministério da Justiça
- (C) Supremo Tribunal Federal
- (D) Câmara dos Deputados
- (E) Controladoria Geral da União

13

O objetivo das ferramentas e aplicações de inteligência artificial deve sempre estar dirigido à melhoria da qualidade de vida das pessoas, postulando a inclusão daquelas parcelas da população historicamente discriminadas e pouco representadas.

Nesse contexto, a Inteligência Artificial caracteriza-se por

- (A) representar um sistema de aprendizado repetitivo.
- (B) poder ser usada apenas como fonte secundária para decisões judiciais.
- (C) poder contribuir como assistente de busca de jurisprudência.
- (D) ser incompatível com o sistema de proteção dos direitos fundamentais.
- (E) não agregar confiança ao sistema de justiça.

14

No que diz respeito à lei de acesso à informação, Lei nº 12.527/2011, verifica-se que ela

- (A) permite acesso às informações recolhidas especificamente a arquivos públicos.
- (B) divulga informações de interesse público, mediante requerimento.
- (C) tem por escopo único o controle da administração no uso de recursos públicos.
- (D) proíbe informações custodiadas por entidade privada.
- (E) assegura a proteção da informação, garantindo sua disponibilidade, autenticidade e integridade.

15

Um grupo de cidadãos pretende desenvolver atividades vinculadas aos direitos da pessoa humana, buscando aplicação prática dos conhecimentos teóricos que lhe foram ensinados em vários locais e com diversos níveis de abordagem. Nos termos do Decreto nº 7.037/2009, existem vários eixos e diretrizes que devem pautar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).

O fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática é uma diretriz vinculada ao seguinte eixo orientador:

- (A) Desenvolvimento e Transparência
- (B) Educação e Cultura nas Comunidades
- (C) Interação democrática entre Estado e sociedade civil
- (D) Segurança Pública e Acesso à Justiça
- (E) Universalizar direitos em contexto de desigualdade

16

O prefeito de determinado município brasileiro realizou treinamento ofertado para lideranças locais com o intuito de melhorar os índices de satisfação dos cidadãos com os serviços prestados pelos órgãos públicos. Esse gestor pretende aplicar o padrão estabelecido pela Administração Federal, que passou a regular as atividades digitais implantadas em diversos setores públicos.

Nos termos da Lei nº 14.129/2021, constituem princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública, dentre outros, o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos, bem como o uso de linguagem

- (A) compreensível a pessoas qualificadas
- (B) técnica adequada a qualquer cidadão
- (C) algorítmica sensível a qualquer cidadão
- (D) clara e compreensível a qualquer cidadão
- (E) popular, incluindo dialetos próprios a qualquer cidadão

17

A Administração Pública realizou um concurso para o provimento de cargos vagos. Cinco anos após a homologação, sem que houvesse nomeado e empossado os candidatos aprovados, resolveu realizar novo concurso.

Indignados, os candidatos prejudicados apresentam recurso administrativo, cujo resultado deve se basear no seguinte:

- (A) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (B) o prazo de validade do concurso público é indeterminado.
- (C) o prazo de validade do concurso público depende da autorização do Tribunal de Contas.
- (D) o prazo de validade do concurso deve ser submetido à consulta ao Poder Judiciário.
- (E) o prazo de validade do concurso depende de lei que o estabeleça.

18

Existem três funções básicas do governo que buscam mitigar as ineficiências dos mercados numa economia.

O exercício dessas funções **NÃO** terá o seguinte resultado:

- (A) aumento das assimetrias de informações
- (B) estabilização de preços
- (C) fornecimento de bens públicos
- (D) redução das desigualdades de distribuição de renda
- (E) regulação da oferta de monopólios naturais

19

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos.

Essa ferramenta

- (A) fixa as receitas que o Governo espera arrecadar, enquanto estima as despesas a serem efetuadas.
- (B) fixa tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto as despesas a serem efetuadas.
- (C) estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto as despesas a serem efetuadas.
- (D) estima as receitas que o Governo espera arrecadar, enquanto fixa as despesas a serem efetuadas.
- (E) estima às vezes e fixa às vezes as receitas, sem impor limites às despesas a serem efetuadas.

20

Um dos aspectos fundamentais para o êxito de uma política pública é a adequada alocação de recursos para seu financiamento, o que normalmente se refere à programação de créditos orçamentários e às condições para execução das despesas correspondentes.

As limitações à execução orçamentária ao longo do exercício

- (A) podem afetar a previsibilidade, mas nunca a tempestividade da disponibilidade de recursos.
- (B) podem afetar a tempestividade, mas nunca a previsibilidade da disponibilidade de recursos.
- (C) podem afetar a tempestividade e a previsibilidade da disponibilidade de recursos.
- (D) não afetam nem a tempestividade nem a previsibilidade de recursos.
- (E) não afetam a gestão de políticas públicas financiadas pelo orçamento.

RASCUNHO



QUESTÃO DISSERTATIVA

Um determinado setor do Governo Federal vem recebendo uma série de demandas e questionamentos de órgãos responsáveis pelo planejamento urbano de diferentes municípios do Brasil.

Avaliando essas demandas e os municípios de origem, o responsável por esse levantamento observou discrepâncias significativas nos questionamentos e que parte das dificuldades vinham de municípios de menor porte.

Estudando um pouco mais, constatou dificuldades que certos municípios enfrentam com relação à capacidade administrativa e à aptidão para gestão, que se refletem nas ações de planejamento urbano.

A partir desse diagnóstico, decidiu-se que serão desenvolvidos manuais e guias para capacitação de responsáveis pela política urbana e pelo planejamento urbano municipais. Um desses guias será destinado a municípios de até 40.000 habitantes e terá como finalidade auxiliar os gestores locais no que se refere à elaboração ou à revisão do Plano Diretor, baseado na legislação vigente.

Em conformidade com o que consta no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001 e suas alterações), elabore um texto dissertativo contínuo de 35 a 40 linhas que trate do que deverá ser apresentado em dois dos capítulos do guia, de modo que,

- no capítulo referente aos instrumentos da política urbana,
 - aborde fundamentadamente o direito de preempção e cite quatro áreas para as quais pode ser exercido esse direito;
 - aborde fundamentadamente as operações urbanas consorciadas e cite dois itens que devem constar no plano de operação urbana consorciada;
 - aborde o estudo de impacto de vizinhança, indicando os aspectos que tal estudo deve contemplar, e cite duas questões que devem ser analisadas no estudo;

- no capítulo referente ao Plano Diretor,
 - caracterize tal plano e apresente sua finalidade;
 - aponte a área de abrangência no território do município a ser considerada;
 - apresente o prazo de revisão;
 - apresente quatro condições que obrigam as cidades a implementar tal plano.

(Valor total: 100,0 pontos)

RASCUNHO

(Continua)

(Continuação)

RASCUNHO

